

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*A seção de Política e Opinião Pública aborda as disputas dentro do PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro. Também analisa a aprovação da reforma da Previdência no Senado, incluindo os dados de votação por partido e por senador ou senadora. Por fim, traça um panorama sobre os possíveis projetos políticos e econômicos que devem pautar o Congresso Nacional no próximo período.*

## Os conflitos internos do PSL

Um dos temas que marcaram o cenário político brasileiro no mês de outubro foi a crise interna do Partido Social Liberal (PSL), escolhido pelo então candidato Jair Bolsonaro para disputar a presidência da República. Bolsonaro e seu clã ameaçaram inúmeras vezes deixar o partido, e uma verdadeira guerra instaurou-se na bancada na Câmara e nos diretórios do PSL.

Outrora um partido pequeno e de quase nenhuma expressão, o partido surfou na onda do bolsonarismo e elegeu a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, com 52 parlamentares, além de quatro senadores e três governadores. Para que o então candidato concorresse pelo partido, o presidente da sigla na época e figura que controlava a legenda, Luciano Bivar (PSL-PE), se licenciou e deu lugar a Gustavo Bebbiano, à época braço direito de Bolsonaro.

Quase um ano depois, a ala do partido mais próxima a Bivar, que retornou à presidência, e a ala que compõe o séquito do presidente passaram boa parte do mês em verdadeiro processo de guerra interna que expôs rachas e confusões. O estopim para que o partido ganhasse o noticiário foi um comentário do presidente da República a um apoiador que afirmou ter a intenção de concorrer nas eleições do ano que vem pelo PSL de que este deveria esquecer o partido e que Bivar estaria “queimado pra caramba”.

De pano de fundo, o avanço nas investigações judiciais que expuseram o uso sistemático de candidaturas laranjas pelo partido para fraudar o acesso ao fundo eleitoral com uso deflagrado de caixa 2 para verbas originalmente destinadas àqueles candidatos. *A Folha de S.Paulo* chegou a apontar em uma reportagem que recursos de caixa 2 gerados pelo

laranjal teriam abastecido até a campanha presidencial de Bolsonaro.

O impacto da fala gerou reações opostas de repúdio e de apoio dentro da bancada, e o comando do partido suspendeu quatro deputados. A partir disso, os dois grupos opostos do partido, agora rachados entre si, passaram a trocar acusações e ameaças, incluindo pedidos de auditorias de contas de um por parte do outro e vice-versa.

O clímax, no entanto, deu-se com a deflagração de uma operação da Polícia Federal, subordinada ao ministro da Justiça e Segurança Pública e ex-juiz Sergio Moro, na residência de Bivar. A partir daí, com a suspeita do uso político da PF por parte do Executivo para atacar o presidente da legenda acirrou ainda mais a crise. Nos dias seguintes os grupos opostos passaram a atacar uns aos outros com os instrumentos do regimento interno da Câmara dos Deputados, cujo saldo foi a retirada da deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) da liderança do Congresso, uma tentativa de derrubar o então líder do partido na Câmara, o deputado Delegado Waldir (PSL-GO) e uma série de deputados e deputadas suspensos de suas atividades. Áudios vazados de uma reunião da bancada expuseram o deputado Waldir chamando Jair Bolsonaro de “vagabundo” e ameaçando implodir seu governo, e a reação do governo foi acionar a Advocacia-Geral da União (AGU) contra o parlamentar.

Por fim, após as alas opostas apresentarem listas que ora mantinham Waldir em sua posição, ora nomeavam o filho do presidente, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), para a liderança, este venceu e foi nomeado como novo líder do PSL na Câmara. O resultado é a possibilidade de o presidente e seus apoiadores criarem um novo partido. Bolsonaro chegou a sugerir publicamente o nome Partido da Defesa Nacional (PDN) como uma possível nova legenda, e publicou vídeo no Twitter no qual um leão nominado como Bolsonaro é perseguido por hienas, dentre as quais, além dos alvos contumazes do governo (oposição partidária, CUT, imprensa, ONGs etc) está o seu próprio partido, PSL. A frágil coesão do partido foi exposta, e as investigações do laranjal continuam e podem expor ainda mais o esquema, incluindo o presidente e seus filhos. Resta saber se

Bivar e os Bolsonaro chegarão a um acordo, e em quais termos, visto que o partido possui o maior fundo eleitoral e partidário e isso está em disputa.

### Reforma da Previdência

Enquanto na Câmara o partido do governo se desmantelava, o Senado Federal promoveu o desmonte da Previdência Social do país. Nos dias 22 e 23 deste mês a maioria dos senadores e senadoras aprovaram o texto-base, em segundo turno, e concluíram a votação de destaques e emendas à PEC 6/2019, denominada de reforma da Previdência.

O desmonte foi aprovado por sessenta votos a favor, e dezenove senadores e senadoras votaram contra. No primeiro turno, foram 59 votos a dezenove. Entre os partidos da oposição, PT e PSB deram 100% de seus votos contra a reforma, enquanto 75% da bancada do PDT votou contra e 66% dos senadores e senadoras do PROS e da Rede também se opuseram ao projeto. Votaram inteiramente a favor da reforma DEM, PSL, PP, PL (antigo PR), PSC, PSDB, Podemos e o Republicanos (antigo PRB).

Outros partidos tiveram votação minoritária em suas bancadas contra a reforma: no PSD dois dos nove senadores se opuseram, Irajá (TO) e Otto Alencar (BA); no Cidadania apenas a senadora Eliziane Gama (MA) foi contra em uma bancada de três; e no MDB apenas o senador Renan Calheiros (AL) se opôs, em uma bancada de treze. Nos partidos majoritariamente contra a reforma, mas com dissidentes favoráveis à proposta na votação: no PDT a senadora Katia Abreu (TO); no Pros o senador Telmário Mota (RR); na Rede o senador Flávio Arns (PR).

Apenas um destaque da oposição foi aprovado. A bancada do PT conseguiu incluir um trecho que dispõe sobre aposentadoria especial para trabalhadores e trabalhadoras que exercem atividades de risco à saúde. Uma lei complementar será enviada pelo governo ao Congresso para regulamentar este dispositivo, e o Legislativo deve estabelecer quais categorias se incluem nestes casos.

Aprovada nas duas Casas legislativas, com efusivo apoio de empresários, políticos e veículos da grande imprensa, o desmonte previdenciário de-

verá ser promulgado em cerimônia com os presidentes da República, da Câmara e do Senado.

### Próximos passos no Congresso Nacional

Após a aprovação da reforma da Previdência, a agenda econômica de desmonte do Estado e dos direitos garantidos na Constituição de 1988 continuará sendo promovida pelo governo Bolsonaro e o Congresso Nacional. Entre os temas que podem ser colocados em pauta estão a Reforma Tributária e ataques ao funcionalismo público.

A PEC 45/19, da Reforma Tributária, já tramita no Congresso e está pendente de parecer do relator em sua Comissão Especial. Há, no entanto, outra proposta tramitando no Senado Federal, a PEC 110/19, que também aguarda parecer do relator. As autorias são, respectivamente, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e de Davi Alcolumbre (DEM-AP), o próprio presidente da Casa. Não há consenso no governo, no entanto, de que esta deve ser a prioridade da agenda do Executivo no momento. O que é certo é que o governo deve centrar esforços na denominada Reforma Administrativa.

Este projeto ainda não foi elaborado pelo governo federal, mas declarações e especulações dão conta de que atacará as carreiras do funcionalismo e acabará com a estabilidade para os funcionários públicos. Há incerteza sobre a constitucionalidade do projeto e principalmente em relação à alternativa

para os servidores, visto que por terem estabilidade não têm direitos como o FGTS. Rodrigo Maia, no entanto, declarou publicamente que pretende discutir a Reforma Tributária antes de passar a esse projeto. Resta saber se haverá acordo sobre qual proposta é prioritária.

Outras matérias de interesse do governo tramitam, como a PEC 438/19, que regulamenta a regra de ouro. O relator deverá apresentar relatório favorável à constitucionalidade do projeto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A regra de ouro impede que a União se endivide para pagar despesas correntes, como as destinadas ao pagamento do funcionalismo, sem autorização do Congresso. A PEC retira esta prerrogativa do Legislativo e impõe sanções para o governo federal no caso do descumprimento da regra.

Cabe destacar também a PEC 133/19, apelidada de PEC Paralela da Previdência, que dispõe sobre a reforma nos estados e nos municípios. Outros projetos que tramitam no Congresso e merecem destaque são o PLP 149/19, que confere autonomia ao Banco Central, além do PL 1645/10, que dispõe sobre a seguridade social dos militares. Por fim, o Executivo deve propor a criação de um Conselho Fiscal da República, composto pelos presidentes do Executivo, do Judiciário e das duas casas do Legislativo Federal. Há também a possibilidade da criação de um pacote de estímulo ao emprego por parte do Ministério da Economia, com foco no primeiro emprego e medidas de renúncia fiscal.